

AVISO N.º 29/DAG-RH/2020

Recrutamento por mobilidade na categoria para preenchimento de 1 posto de trabalho para a carreira|categoria de Técnico Superior - Área de Saúde Ambiental

1 - Nos termos do disposto no artigo 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20/06, faz-se público que, por meu despacho de 13/10/2020, se encontra aberto recrutamento por mobilidade na categoria, com vista ao preenchimento de 1 posto de trabalho para a carreira|categoria de Técnico Superior - área de Saúde Ambiental.

2 - Local de Trabalho - área do Município de Aveiro.

3 - Caracterização do posto de trabalho – O técnico de higiene e saúde ambiental intervirá em matéria relativa às seguintes áreas: a) Saúde Pública; b) Higiene do Habitat; c) Higiene e Segurança Alimentar; d) Avaliação e Controlo dos Riscos; e) Educação e Comunicação em Saúde.

3.1 - O técnico de higiene e saúde ambiental atua no controlo sanitário do ambiente, cabendo-lhe detetar, identificar, analisar, prevenir e corrigir riscos ambientais para a saúde, atuais ou potenciais, que possam ser originados:

- a) Por fenómenos naturais ou por atividades humanas;
- b) Pela evolução dos aglomerados populacionais;
- c) Pelo funcionamento de serviços, estabelecimentos e locais de utilização pública;
- d) Por quaisquer outras causas.

3.2 - A atuação dos técnicos de higiene e saúde ambiental é realizada, quando necessário, com o apoio técnico dos técnicos auxiliares sanitários e desenvolve-se nas áreas seguintes:

- a) Proteção sanitária básica e luta contra meios e agentes de transmissão de doença;
- b) Proteção sanitária específica e luta contra os fatores de risco ligado à fabricação;
- c) Higiene do habitat e promoção da salubridade urbana e rural;
- d) Higiene dos alimentos e dos estabelecimentos do sistema de proteção e consumo;
- e) Saúde ocupacional;
- f) Saúde escolar;
- g) Educação para a saúde e formação.

3.3 - A área de proteção sanitária básica e luta contra meios e agentes de transmissão de doença compreende:

- a) A vigilância sanitária de sistemas de água para consumo humano;
- b) A vigilância sanitária de sistemas das águas para utilização recreativa;
- c) A participação nas ações visando a higiene dos alimentos;
- d) A vigilância sanitária de sistemas de recolha, transporte e destino final de resíduos sólidos urbanos;
- e) A promoção e participação, em colaboração com as autarquias locais e outras entidades, em ações de melhoria das condições de saneamento básico;
- f) A vigilância sanitária de sistemas de drenagem, tratamento e destino final de resíduos sólidos urbanos.

3.4 - A área de proteção sanitária específica e luta contra os fatores de risco ligados à poluição compreende:

- a) A vigilância sanitária do lançamento de poluentes na água, ar e solo;
- b) A promoção e participação, em colaboração com as autarquias e outras entidades, em ações tendentes a identificar e reduzir os fatores de risco para a saúde resultantes da poluição do ambiente;
- c) A promoção e colaboração em ações tendentes à avaliação e redução dos níveis sonoros de potencial risco para a saúde.

3.5 - A área de higiene do habitat e promoção da salubridade urbana e rural compreende:

- a) A elaboração de pareceres sanitários sobre estabelecimentos que dispõem de licenciamento sanitário e a vigilância sanitária desses estabelecimentos;





- b) A elaboração de pareceres sanitários sobre a localização e os projetos de espaços de utilização coletiva, designadamente piscinas, zonas balneares, parques de campismo, colónias de férias, estâncias de recreio e repouso, estabelecimentos hoteleiros e similares, recintos de espetáculo e de diversão;
- c) A vigilância sanitária dos estabelecimentos referidos na alínea anterior, a promoção e participação, em colaboração com outras entidades, em ações que visem não só a manutenção e ou melhoria da salubridade do meio circundante, mas também a promoção de condições sanitariamente corretas de funcionamento e exploração;
- d) A vigilância sanitária das condições de laboração dos estabelecimentos industriais e agropecuários, tendo em vista a manutenção da salubridade do meio circundante;
- e) A elaboração de pareceres sanitários sobre a localização e os projetos de cemitérios;
- f) A promoção e participação em ações de luta contra meios e agentes de transmissão de doença.

3.6 - A área de higiene dos alimentos e dos estabelecimentos do sistema de produção e consumo compreende:

- a) A elaboração de pareceres sanitários sobre os projetos de estabelecimentos de produção e venda de géneros alimentícios;
- b) A promoção e a colaboração com outras entidades, no cumprimento de disposições legais, em ações de controlo oficial dos géneros alimentícios.

3.7 - A área de hidrologia e hidroterapia compreende a promoção e a participação em ações de vigilância e avaliação periódica das condições sanitárias dos estabelecimentos termais e de engarrafamento de água para consumo humano.

3.8 - A área de saúde ocupacional compreende a participação em ações de vigilância e controlo do ambiente e segurança dos locais de trabalho.

3.9 - A área de saúde escolar compreende a participação em ações de promoção e manutenção da higiene e segurança dos estabelecimentos escolares.

3.10 - A área da educação para a saúde e formação compreende:

- a) A promoção da proteção ambiental primária e da educação para a saúde das populações;
- b) A intervenção em ações de formação e a colaboração no aperfeiçoamento profissional do pessoal de saúde;
- c) A participação em programas de investigação do âmbito da sua área profissional.

4 – Posicionamento Remuneratório – o correspondente à posição e nível remuneratório do Trabalhador.

5 - Requisitos de admissão:

5.1. – Titularidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado e integração na carreira|categoria para a qual é aberto o presente recrutamento.

5.2. – Habilitação académica exigida – Licenciatura em Saúde Ambiental.

5.3 – Outros requisitos - Experiência profissional na área descrita na caracterização do posto de trabalho devidamente comprovada. Curso de Técnico Superior de Saúde Ambiental ou curso de Técnico Superior de Segurança no Trabalho.

6 – Prazo e formalização das candidaturas:

6.1 - As candidaturas deverão ser apresentadas no prazo de 10 dias úteis, contados da data de publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público, preferencialmente, por correio eletrónico para recursos.humanos@cm-aveiro.pt, pessoalmente no Gabinete de Atendimento Público (GAI) da Câmara Municipal de Aveiro, sito no Centro de Congressos de Aveiro, Cais da Fonte Nova, em Aveiro ou através de correio registado, com aviso de receção, para: Município de Aveiro, Praça da República – Apartado 244 – 3810-156 Aveiro.

6.2 - As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, com identificação do candidato (nome, morada, endereço eletrónico e contacto telefónico), identificação da entidade pública de origem, modalidade da relação jurídica de emprego público detida, carreira|categoria a que pertence, posição e nível remuneratórios, bem como a correspondente remuneração auferida, descrição detalhada das funções que exerce, acompanhado



CÂMARA MUNICIPAL
AVEIRO

de Curriculum Vitae, datado e assinado e fotocópia do documento comprovativo da habilitação académica.

7 – Métodos de seleção – o método de seleção a aplicar ao recrutamento é a **Entrevista Profissional de Seleção**, através da qual se avaliará a experiência e as competências profissionais, sendo que apenas serão convocados para este método de seleção os candidatos que reúnam os requisitos de admissão.

Município de Aveiro, 17 de dezembro de 2020

O Presidente da Câmara,

(José Ribau Esteves, eng.º)